

- REQUERIMENTO** Número / (.ª)
- PERGUNTA** Número / XIII (3 .ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto: Intenção da IP/ Infraestruturas de Portugal de alienar parte da Estação de Santa Apolónia

Destinatário: Min. do Planeamento e das Infraestruturas

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A IP/Infraestruturas de Portugal tornou pública a sua intenção de entregar uma parte da Estação de Santa Apolónia em Lisboa em concessão, por 35 anos, para a instalação de um Hotel com 120 quartos, num anúncio publicado poucos dias depois das eleições autárquicas seguramente para evitar constrangimentos eleitorais a quem tal autorizou. Trata-se das instalações que a IP esvaziou transferindo centenas de trabalhadores ferroviários para outros locais (nomeadamente no Pragal), com evidentes prejuízos para a resposta operacional. Ora em Lisboa sobram hotéis, mas começa a ser cada vez mais conflagradora a falta de resposta dos serviços públicos às necessidades dos utentes, incluindo dos próprios turistas que se quer alojar em tanto Hotel.

A decisão agora anunciada é errada em três dimensões:

- Implicou deslocalizar e desarticular serviços ferroviários, muitas vezes até para longe da infraestrutura, para alcançar o objetivo não operacional de «esvaziar Santa Apolónia» para que esta pudesse ser vendida/concessionada/alugada.
- Viria criar ainda mais dificuldades à reversão da fusão da REFER com a Estradas de Portugal, e essa reversão é inevitável, se Portugal quer travar o processo de degradação da rede viária e da rede ferroviária.
- Representaria mais um passo para um futuro encerramento da Estação de Santa Apolónia, projeto antigo de vastos sectores da especulação imobiliária, prejudicando mais uma vez os utentes em favor do negócio imobiliário e da "monocultura do turismo".

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, solicito ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1. Deu o Governo cobertura a esta iniciativa da Infraestruturas de Portugal?
2. Se sim, como justifica mais esta transferência de património público para o sector privado sem quaisquer vantagens para o país?

Palácio de São Bento, 25 de outubro de 2017

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)